

CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS | 2021

Remeter à Reunião de Câmara, __/__/____

A Presidente de Câmara

(Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes)

Presente em Reunião de Câmara de __/__/____

Deliberação: _____

Presente em Assembleia Municipal de __/__/____

Deliberação: _____

Índice

Relatório de Gestão	3
Grupo a consolidar	5
Consolidação de contas – Demonstrações financeiras	8
Balanço consolidado	8
Demonstração de resultados consolidados	12
Fluxos de caixa consolidados	14
Alterações ao património líquido	17
Anexos às demonstrações financeiras	18
1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	18
2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	19
3 – Ativos intangíveis	27
4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	28
5 – Ativos fixos tangíveis	29
6 – Locações	29
7 – Custos de empréstimos	30
8 – Propriedades de investimento	30
9 – Imparidades de ativos	30
10 - Inventários	31
13 – Rendimentos de transacções com contraprestação	32
14 – Rendimentos de transacções sem contraprestação	32
15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	33
18 – Instrumentos financeiros	34

19 – Benefícios dos empregados	36
20 – Divulgações de partes relacionadas	36
22 – Interesses em outras entidades	36
Outras informações	37
Demonstração consolidada do desempenho orçamental	
Documentos das entidades participadas	43
Assinaturas	89
Certificação legal de contas	90

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei 73/2013, de 03 de Setembro), adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados; da natureza empresarial no caso das empresas locais; ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. Ou em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livro acesso a estes; a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios, ou a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (DL 192/2015, de 11 de Setembro, adiante designado por SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22- Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Perímetro de Consolidação SNC-AP

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas- estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo INE, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Nesta situação encontra-se a Agroalpiarça, CIPRL, que sendo considerada uma entidade publica reclassificada aplica o SNC simplificado e não o SNC-AP, não aplicando também a NCP26.

Assim sendo e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, *“As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”*, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apenas com os seus mapas.

- Perímetro de natureza financeira (NCP22/23)

Neste caso o Município de Alpiarça vai fazer a consolidação com a Agroalpiarça, CIPRL (método de consolidação Integral) e AR- Águas do Ribatejo, EM, SA (método equivalência patrimonial)

Relativamente à Agroalpiarça, CIPRL, utilizamos o método da consolidação integral sendo necessário desenvolver as seguintes etapas:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração de resultados, através da simples adição;
- Repartição entre os capitais próprios e resultados do exercício com base na participação do Município e entidades terceiras (interesses que não controlam):

- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo do município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios;
- Anulação de todas as operações entre entidades.

Relativamente à AR-Águas do Ribatejo, EM, SA utilizamos o método equivalência patrimonial e uma vez que os lançamentos de consolidação foram efetivamente inscritos na contabilidade municipal, as demonstrações consolidadas referidas são iguais às individuais do Município.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI).

Dado à adoção de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, é entendimento do Tribunal de Contas que, em cumprimento do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, a data limite para apresentação das contas consolidadas é 31/06/2022 (econtas).

GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da RFALEI, a AGROALPIARÇA, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o método de consolidação integral.

A participada AR-Águas do Ribatejo, EM, SA foi integrada no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, pelo facto do município de Alpiarça participar no respetivo capital social em 5,4%.

Entidade consolidante

Município de Alpiarça (CMA)

NIF: 501 133 097.

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA.

Natureza da atividade: Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

Atividade desenvolvida encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo executivo em 28 de abril de 2022 e pela Assembleia Municipal em 29 de abril de 2022.

Entidades consolidadas

Método Integral

Agroalpiarça, CIPRL (AGRO)

NIF: 502 000 066.

Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça.

Capital social – 150.000,00€.

Participação direta do Município de Alpiarça no capital social – 99,87%.

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos.

Atividade desenvolvida – O Relatório de Contas de Atividades, Conta de Gerência e anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral em 11 de abril de 2022.

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508 345 464.

Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos.

Capital social – 13.743.362,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 5,4%.

Natureza de atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

Atividade desenvolvida – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2022.

As contas aprovadas pela empresa AR – Águas do Ribatejo, EM, SA, foram objeto de certificação pela entidade Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Entidades participadas em que o Município não tem de fazer consolidação de contas

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AMPV- Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Cartaxo	1,3	Afirmação da entidade histórico-cultural, patrimonial, económico-social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.
ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local.
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro	Lamego	0,52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
Histórico			históricos.
CIMLT- Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	Santarém	5,8	Artigo 2º dos estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série-n.º 6 – o Janeiro de 2014.
Resiurb- Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
AMVT- Associação de Municípios do Vale do Tejo	Santarém	3,78	Gestão do Património da Antiga Assembleia Distrital de Santarém
Tagusgás, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural.

Uma vez que AMPV, ANMP, APMCH, Resiurb, AMVT e CIMLT constituem entidades associativas municipais e intermunicipais, são, por via do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI, consideradas entidades consolidantes, pelo que não integram o perímetro de consolidação.

Quanto á empresa Tagusgás, SA devido a pequena participação do município e pelo facto de não haver controlo, sobre a mesma, também não integra o perímetro de consolidação.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço consolidado

RUBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Mino- ritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	51 440 480,99	384 722,60	51 825 203,59							51 825 203,59
Propriedades de investimento	4 419 361,40	0,00	4 419 361,40							4 419 361,40
Ativos intangíveis	87 530,71	0,00	87 530,71							87 530,71
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00							0,00
Participações financeiras	3 714 096,59	807,10	3 714 903,69	-12 999,66						3 701 904,03
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00							0,00
Accionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00							0,00
Cientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00							0,00
	59 661 469,69	385 529,70	60 046 999,39	-12 999,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 033 999,73
Ativo corrente										
Inventários	150 489,25	222 961,97	373 451,22							373 451,22
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00							0,00
Devedores por transferências e sub. Reembolsáveis	1 290,50	0,00	1 290,50							1 290,50
Devedores por empréstimos bom. e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00							0,00
Cientes, contribuintes e utentes	51 548,71	109 723,13	161 271,84	-29 980,69						131 291,15
Estado e outros entes públicos	451,54	0,00	451,54							451,54
Accionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a receber	1 346 866,98	27 226,96	1 374 093,94	-3 544,65						1 370 549,29

RUBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Diferimentos	29 464,28	3 212,68	32 676,96							32 676,96
Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00							0,00
Caixa e depósitos	793 260,21	41 841,27	835 101,48							835 101,48
	2 373 371,47	404 966,01	2 778 337,48	-33 525,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 744 812,14
Total do ativo	62 034 841,16	790 495,71	62 825 336,87	-46 525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 778 811,87
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/capital	36 564 511,59	149 805,00	36 714 316,59	-149 805,00						36 564 511,59
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros investimentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00							0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00							0,00
Reservas	256 291,74	102 482,44	358 774,18							358 774,18
Resultados transitados	8 564 394,21	-333 219,46	8 231 174,75	530 071,48						8 761 246,23
Ajustamentos em ativos financeiros	2 376 216,21	0,00	2 376 216,21	136 805,34						2 513 021,55
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras variações de património líquido	7 071 119,33	90 835,27	7 161 954,60	-43 461,92						7 118 492,68
Resultado líquido do exercício	-163 966,73	-46 573,56	-210 540,29	63 221,30						-147 318,99
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00							0,00
Interesse que não controlam	0,00	-47,73	-47,73							-47,73
Total do património líquido	54 668 566,35	-36 718,04	54 631 848,31	536 831,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55 168 679,51
Passivo não corrente										
Provisões	666 905,20	0,00	666 905,20							666 905,20
Financiamentos obtidos	4 184 060,76	284 888,00	4 468 948,76	-194 258,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 274 690,29
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00							0,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferimentos	870 848,59	0,00	870 848,59							870 848,59

RUBRICAS		CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Mino- ritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Passivo corrente	Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00							0,00
	Fornecedores	0,00	0,00	0,00							0,00
	Outras contas a pagar	84 091,14	0,00	84 091,14							84 091,14
		5 805 905,69	284 888,00	6 090 793,69	-194 258,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 896 535,22
	Credores por transf. e sub. não reembolsáveis concedidos	37 682,67	0,00	37 682,67							37 682,67
	Fornecedores	183 098,19	348 159,99	531 258,18	-304 923,98						226 334,20
	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00							0,00
	Estado e outros entes públicos	93 490,15	13 472,81	106 962,96							106 962,96
	Accionistas/ sócios e acsociados	0,00	0,00	0,00							0,00
	Financiamentos obtidos	483 632,11	44 938,22	528 570,33							528 570,33
	Fornecedores de investimento	425,90	0,00	425,90							425,90
	Outras contas a pagar	717 040,10	135 754,73	852 794,83	-84 173,75						768 621,08
	Diferimentos	45 000,00	0,00	45 000,00							45 000,00
	Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
Total do passivo		7 366 274,81	827 213,75	8 193 488,56	-583 356,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 610 132,36
Total do património líquido e passivo		62 034 841,16	790 495,71	62 825 336,87	-46 525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 778 811,87

Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas

1	anulação da participação social na AGRO	149 805,00	57	136 805,34
			41	12 999,66
			51	149 805,00
2	Dividas da CM à AGRO - Valor em dívida nas contas da CMA	38,00	22	38,00
			62	38,00
3	Valor em dívida da CMA nas contas da Agroalpiarça	3 357,33	21	3 357,33
			71	3 357,33
4	Faturas de anos anteriores pagas pela CMA	975,17	56	975,17
			56	975,17
5	Faturas do ano em curso pagas pela CMA	1 220,62	62	1 220,62
			71	1 220,62
6	Subsídio para equilíbrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)	43 461,92	60	43 461,92
			59	43 461,92
7	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente CMA	102 089,44	215	102 089,44
			219	102 089,44
8	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente Agroalpiarça	84 260,54	268	84 173,75
			22	86,79
			56	84 260,54
9	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente CMA	303 434,64	215	276 811,28
			78	26 623,36
			211	26 623,36
10	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente Agroalpiarça	304 799,19	22	304 799,19
			62	26 623,36
			56	278 175,83
11	Valor de imparidades lançadas nas contas correntes da CMA	276 811,28	56	26 623,36
			68	26 623,36
			219	276 811,28
12	Empréstimo da CMA a Agroalpiarça (suprimentos)	194 258,47	209	194 258,47
			56	194 258,47
			25	194 258,47
			203	194 258,47
13	Devedores por acréscimo de resultados - Conta corrente Agroalpiarça	3 544,65	27	3 544,65
			71	3 544,65
14	Resultado Líquido (Consolidado)	-147 318,99	88	-63 221,30

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidados

Rendimentos e gastos	Notas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
Impostos, contribuições e taxas		1 741 951,50	0,00	1 741 951,50					1 741 951,50
Vendas		3 474,29	348 193,54	351 667,83	-8 122,60				343 545,23
Prestações de serviços e concessões		606 505,88	0,00	606 505,88					606 505,88
Rendimentos/ Gastos imputados entidades controladas		61 966,05	0,00	61 966,05					61 966,05
Transferências e subsídios correntes obtidos		4 713 130,61	12 246,01	4 725 376,62					4 725 376,62
Variações nos inventários da produção		0,00	-1 877,84	-1 877,84					-1 877,84
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00					0,00
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		-238 686,79	-99 189,92	-337 876,71					-337 876,71
Fornecimentos e serviços externos		-1 524 534,88	-139 701,19	-1 664 236,07	27 881,98				-1 636 354,09
Gastos com pessoal		-3 576 993,94	-201 711,08	-3 778 705,02					-3 778 705,02
Transferências e subsídios concedidos		-331 399,61	0,00	-331 399,61	43 461,92				-287 937,69
Prestações sociais		0,00	0,00	0,00					0,00
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		6 941,34	0,00	6 941,34					6 941,34
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		3 859,87	0,00	3 859,87					3 859,87
Provisões (aumentos/reduções)		-456 364,30	0,00	-456 364,30					-456 364,30
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00					0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00					0,00
Outros rendimentos		890 625,23	80 727,76	971 352,99	-26 623,36				944 729,63
Outros gastos		-155 605,09	-15 661,07	-171 266,16	26 623,36				-144 642,80
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 744 870,16	-16 973,79	1 727 896,37	63 221,30	0,00	0,00	0,00	1 791 117,67
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1 857 124,85	-22 112,88	-1 879 237,73					-1 879 237,73
Imparidades de investimentos depreciables/amortizáveis(perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00					0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-112 254,69	-39 086,67	-151 341,36	63 221,30	0,00	0,00	0,00	-88 120,06
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00					0,00
Juros e gastos similares suportados		-51 712,04	-7 521,77	-59 233,81					-59 233,81

Rendimentos e gastos	Notas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
Resultados antes de impostos		-163 966,73	-46 608,44	-210 575,17	63 221,30	0,00	0,00	0,00	-147 353,87
Imposto sobre o rendimento		0,00	-25,74	-25,74					-25,74
Resultado líquido do período		-163 966,73	-46 634,18	-210 600,91	63 221,30	0,00	0,00	0,00	-147 379,61
Entidade consolidante		-163 966,73	-46 573,56	-210 540,29	63 221,30	0,00	0,00	0,00	-147 318,99
Interesses que não controlam			-60,62						-60,62

Notas			
1	Dividas da CM à AGRO	62	1 258,62
		7112	4 577,95
2	Dividas da AGRO à CM (Rendas)	78	26 623,36
		62	26 623,36
3	Subsídio para equilíbrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)	60	43 461,92
4	Gastos com provisões	68	26 623,36
5	Devedores por acréscimo de resultados	71	3 544,65
6	Resultado Líquido	88	-63 221,30

Fluxos de caixa consolidados

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consolidado
		31/12/2021	31/12/2021			
Recebimentos de clientes		476 628,68	359 776,40	836 405,08	-47 777,50	788 627,58
Recebimentos de contribuintes		1 596 466,70		1 596 466,70		1 596 466,70
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 667 067,46		4 667 067,46		4 667 067,46
Recebimentos de utentes		43 094,93		43 094,93		43 094,93
Pagamentos a fornecedores		-1 891 772,30	-271 806,09	-2 163 578,39	47 777,50	-2 115 800,89
Pagamentos ao pessoal		-3 587 042,62	-202 153,26	-3 789 195,88		-3 789 195,88
Pagamentos a contribuintes / Utes				0,00		0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-402 907,56		-402 907,56	43 461,92	-359 445,64
Pagamentos de prestações sociais				0,00		0,00
Caixa gerada pelas operações		901 535,29	-114 182,95	787 352,34	43 461,92	830 814,26
Recebimento do imposto sobre o rendimento			-7,23	-7,23		-7,23
Pagamento do imposto sobre o rendimento				0,00		0,00
Outros recebimentos		130 655,03	117 885,58	248 540,61	-43 461,92	205 078,69
Outros pagamentos		-140 491,56		-140 491,56		-140 491,56
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		891 698,76	3 695,40	895 394,16	0,00	895 394,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:				0,00		0,00
Ativos fixos tangíveis		-2 271 548,44	-17 834,55	-2 289 382,99		-2 289 382,99
Ativos intangíveis		-10 559,21	0,00	-10 559,21		-10 559,21
Propriedades de investimento		-22 663,12	-175,15	-22 838,27		-22 838,27
Investimentos financeiros				0,00		0,00
Outros ativos				0,00		0,00
Recebimentos respeitantes a:				0,00		0,00
Ativos fixos tangíveis		95 654,40		95 654,40		95 654,40
Ativos intangíveis				0,00		0,00
Propriedades de investimento		198 443,28		198 443,28		198 443,28
Investimentos financeiros				0,00		0,00

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consolidado
		31/12/2021	31/12/2021			
Outros ativos				0,00		0,00
Subsídios ao investimento		898 705,71	4 560,00	903 265,71		903 265,71
Transferências de capital		508 168,00		508 168,00		508 168,00
Juros e rendimentos similares				0,00		0,00
Dividendos				0,00		0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-603 799,38	-13 449,70	-617 249,08	0,00	-617 249,08
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				0,00		0,00
Recebimentos respeitantes a:				0,00		0,00
Financiamentos obtidos		559 581,48	18 573,91	578 155,39		578 155,39
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital				0,00		0,00
Cobertura de prejuízos				0,00		0,00
Doações				0,00		0,00
Outras operações de financiamento				0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:				0,00		0,00
Financiamentos obtidos		-536 166,91		-536 166,91		-536 166,91
Juros e gastos similares		-48 438,59	-7 576,50	-56 015,09		-56 015,09
Dividendos				0,00		0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital				0,00		0,00
Outras operações de financiamento				0,00		0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-25 024,02	10 997,41	-14 026,61	0,00	-14 026,61
				0,00		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		262 875,36	1 243,11	264 118,47	0,00	264 118,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		530 384,85	40 598,16	570 983,01	0,00	570 983,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		793 260,21	41 841,27	835 101,48	0,00	835 101,48
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA				0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		530 384,85		530 384,85		530 384,85
- Equivalentes a caixa no início do período		-400 542,36		-400 542,36		-400 542,36

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consolidado
		31/12/2021	31/12/2021			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		400 542,36		400 542,36		400 542,36
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00		0,00
= Saldo da gerência anterior		530 384,85	0,00	530 384,85		530 384,85
De execução orçamental		498 545,61		498 545,61		498 545,61
De operações de tesouraria		31 839,24		31 839,24		31 839,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		793 260,21	41 841,27	835 101,48		835 101,48
- Equivalentes a caixa no fim do período		-471 832,07		-471 832,07		-471 832,07
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		471 832,07		471 832,07		471 832,07
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00		0,00
= Saldo da gerência		793 260,21	41 841,27	835 101,48		835 101,48
De execução orçamental		676 424,17		676 424,17		718 265,44
De operações de tesouraria		116 836,04		116 836,04		116 836,04

Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas				
	Receita	Despesa		
Município de Alpiarça	2 157,79	2 157,79	Faturação paga à Agroalpiarça e vice versa	
Agroalpiarça	2 157,79	2 157,79		
Município de Alpiarça	43 461,92	43 461,92	Subsídio para equilíbrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)	
Agroalpiarça	43 461,92	43 461,92		

* Valores retirados da conta corrente do Município de Alpiarça

Alterações ao património líquido

Município de Alpiarça	Notas	Capital/ Património subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros inst. Cap próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revaloriza- ção	Outras Variações Património líquido	Resultado líquido período	Total	Interesses que não con- trolam	Total Património líquido
Posição no início do período	(1)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 888 954,19	2 433 970,43	0,00	6 514 369,94	-276 090,84	54 382 007,05	0,00	54 382 007,05
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	556 749,39	0,00	556 749,39	0,00	556 749,39
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 469,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 469,14	0,00	-48 469,14
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-276 090,84	0,00	0,00	0,00	276 090,84	0,00	0,00	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-324 559,98	0,00	0,00	556 749,39	276 090,84	508 280,25	0,00	508 280,25
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163 966,73	-163 966,73	0,00	-163 966,73
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										112 124,11	344 313,52	0,00	344 313,52
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-57 754,22	0,00	0,00	0,00	-57 754,22	0,00	-57 754,22
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-57 754,22	0,00	0,00	0,00	-57 754,22	0,00	-57 754,22
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	256 291,74	8 564 394,21	2 376 216,21	0,00	7 071 119,33	-163 966,73	54 668 566,35	0,00	54 668 566,35
Agroalpiarça, CIPRL - Início		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-289 750,32	0,00	0,00	47 180,36	0,00	9 717,47	12,65	9 730,12
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-43 469,14	0,00	0,00	43 654,91	0,00	185,78	0,24	186,02
Resultado líquido do período											-46 573,56	-46 573,56	-60,62	-46 634,18
Agroalpiarça, CIPRL - Fim		149 805,00	0,00	0,00	0,00	102 482,44	-333 219,46	0,00	0,00	90 835,27	-46 573,56	-36 670,31	-47,73	-36 718,04
Eliminações recíprocas		-149 805,00					530 071,48	136 805,34		-43 461,92	63 221,30	536 831,20		536 831,20
Total consolidado		36 564 511,59	0,00	0,00	0,00	358 774,18	8 761 246,23	2 513 021,55	0,00	7 161 954,60	-147 318,99	55 168 727,24	-47,73	55 168 679,51

Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Alpiarça

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1- Perímetro de consolidação

Entidade	Sede	Participação		Relação entre entidades	Método de consolidação
		%	Valor		
Município de Alpiarça	Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA	-	-	Entidade mãe	-
Agroalpiarça, CIRPL	Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça	99,87	149.805,00	Entidade controlada	Integral
AR-Águas do Ribatejo, EM, SA	Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos	5,4	742.141,55	Entidade não controlada	Equivalência patrimonial

1.2 – Referencial contabilístico e Demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

Em 2021 as demonstrações financeiras do Município de Alpiarça foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Em 2021, o Município, aplicou o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

A informação comparativa é feita com o ano de 2020.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021	2020
Caixa	1.421,27	1.650,07
Depósitos à ordem	361.848,14	168.790,58
Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à ordem	361.848,14	168.790,58
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	436.272,21	315.613,94
Depósitos de garantias e cauções	35.559,86	84.928,42
Total de caixa e de depósitos	835.101,48	570.983,01

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 – Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra

nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

O cálculo da vida útil deste tipo de ativos está dependente de vários fatores, conforme previsto na NCP 3, sendo que no nosso caso é solicitada informação aos serviços competentes para definição do número de anos a atribui a cada um dos ativos.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas uteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2019.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em

conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis móveis adquiridos até 31/12/2019, sendo que aos edifícios e outras construções foi tido em consideração o CC2, o que implicou ajustamentos nas vidas úteis, nas amortizações e nos subsídios ao investimento.

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de

ativos.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido. Temos nesta situação a Agroalpiarça, CIRPL e Ar-Águas do Ribatejo, EM, SA.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil

remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de

eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

(a) Uma obrigação contratual:

- (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
- (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- i. obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- ii. obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os

gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

i) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. Uma entidade deve reconhecer um ativo relativo a impostos quando o acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e

de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos. As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.2 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

O Município de Alpiarça, tendo presente este período de transição, adotou o estipulado na IPSAS 33- Adopção pela primeira vez da base do acréscimo das IPSAS, que aguarda legislação nacional, permitindo nos próximos dois anos melhorar e evoluir a informação prestada.

Especial atenção para evolução da pandemia causada pela doença COVID-19, bem como na guerra que está a decorrer entre a Rússia e a Ucrânia.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos intangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a

quantia escriturada no ano de 2021:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	224.272,21	136.741,50	87.530,71
Propriedade industrial e intelectual	636,72	636,72	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Existem dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alpiarça e na Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais

Pela exploração dos serviços de Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade EDP/E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente de acordo com o DL 230/2008, de 27/11.

Quanto à exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais, a entidade AR-Águas do Ribatejo, EM, SA, não tem nenhuma contrapartida financeira.

A 31 de dezembro de 2021 os Acordos de concessão de serviços apresentam os seguintes valores:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário		
					Anos anteriores	Anos anteriores	Anos anteriores
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município do Alpiarça	EDP Distribuição-Energia S.A. / E-Redes	Não se encontram quaisquer ativos de distribuição de energia reconhecidos no património municipal	20 anos (de 01/10/1984 até 30/09/2004), renovado por mais um período (01/10/2004 a 30/09/2024)	Valor da renda apurada anualmente conforme DL 230/2008, de 27/11	4.286.843,60	204.430,98	A calcular com base no Art. 2º do DL 230/2008, de 27/11
Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais	AR-Águas do Ribatejo, EM, SA	Toda a rede de águas e saneamento está lançado no nosso património como Ativo de concessão	40 anos (de 21/08/2008 a 20/08/2048)	0	0	0	0

1. – Os valores pagos de anos anteriores pela EDP/E-Redes tem como início 2004

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos tangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a quantia escriturada no ano de 2021:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imp. acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	43.071.779,11	16.437.622,98	0,00	26.634.156,13
Terrenos e recursos naturais	860.103,51	35.718,77	0,00	824.384,74
Edifícios e outras construções	558.566,64	196.300,21	0,00	362.266,43
Infraestruturas	20.416.256,44	16.205.604,00	0,00	4.210.652,44
Património histórico, artístico e cultural	20.944.612,75	0,00	0,00	20.944.612,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	292.239,77	0,00	0,00	292.239,77
Ativos fixos em concessão	12.523.628,75	9.038.995,16	0,00	3.484.633,59
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	12.523.628,75	9.038.995,16	0,00	3.484.633,59
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	32.097.311,92	10.402.410,74	0,00	21.694.901,18
Terrenos e recursos naturais	7.100.899,25	0,00	0,00	7.100.899,25
Edifícios e outras construções	19.120.191,09	6.550.270,21	0,00	12.569.920,88
Equipamento básico	2.044.575,82	1.686.647,69	0,00	357.928,13
Equipamento de transporte	1.730.142,34	1.498.310,34	0,00	231.832,00
Equipamento administrativo	361.926,68	290.133,36	0,00	71.793,32
Equipamentos biológicos	99.784,01	46.117,76	0,00	53.666,25
Outros	348.127,28	330.931,38	0,00	17.195,90
Ativos fixos tangíveis em curso	1.291.665,45	0,00	0,00	1.291.665,45

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo apresenta os seguintes valores relativos a locações operacionais e financeiras:

Bens Locados	Valor do contrato	Acompanhamento		
		Pagamentos do período	Pagamentos efetuados	Valor por executar
Locações operacionais	93.461,40 €	33.949,59 €	33.949,59 €	59.511,81 €
Locações financeiras	12.601,63 €	2.348,76 €	10.196,57 €	2.405,06 €

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto por corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos bancários	4.432.705,53	4.390.717,05
Corrente	528.570,33	541.171,56
Não corrente	3.904.135,20	3.849.545,49
Suprimentos- Outros	0,00	0,00
Corrente	0,00	0,00
Não corrente	0,00	0,00
TOTAL	4.432.705,53	4.390.717,05

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de propriedades de investimento consolidado, é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Quantia escriturada final
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	1.937.925,33	0,00	0,00	0,00	1.937.925,33
Edifícios e outras construções	2.021.421,15	22.663,12	568.180,16	-138.011,56	2.474.252,87
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	28.090,00	7.183,20	-28.090,00	0,00	7.183,20

9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica imparidades de ativos, tinha a seguinte composição:

Classes	Quantia bruta	Perdas por imparidades acumuladas	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	406.947,26	0,00	0,00	406.947,26
Clientes, contribuintes e utentes	806.875,08	656.021,61	3.859,87	154.713,34
Fornecedores	220.651,68	0,00	0,00	220.651,68
Pessoal	71,03	0,00	0,00	71,03
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00

Classes	Quantia bruta	Perdas por imparidades acumuladas	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Outras contas a receber e a pagar	518.233,39	4.748,13	0,00	513.485,26
Mercadorias	30.509,89	0,00	0,00	30.509,89
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	159.672,15	32.265,85	6.941,34	134.347,64
Produtos acabados e intermédios	179.478,81	0,00	0,00	179.478,81
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	29.114,88	0,00	0,00	29.114,88
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.714.903,69	0,00	0,00	3.714.903,69
Propriedades de investimento	4.412.178,40	0,00	0,00	4.412.178,40
Ativos fixos tangíveis	50.241.298,37	0,00	0,00	50.241.298,37
Ativos intangíveis	87.530,71	0,00	0,00	87.530,71
Investimentos em curso	1.591.088,42	0,00	0,00	1.591.088,42
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	33.360,98	2.777,99	5.902,57	0,00	0,00	0,00	0,00	273,49	30.509,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	106.432,77	276.638,62	249.082,45	0,00	0,00	6.941,34	6.660,20	77,56	134.347,64
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	139.793,75	279.416,61	254.985,02	0,00	0,00	6.941,34	6.660,20	351,05	164.857,53

11. AGRICULTURA

Sem aplicação.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Sem aplicação.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	31-12-2021	31-12-2020
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Taxas	35.953,37	37.993,85
Prestações de Serviços	606.945,88	532.021,58
Venda de bens	343.105,23	317.099,32
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	0,00	5.515,63
Outros rendimentos	341.766,19	250.781,45
TOTAL	1.291.817,30	1.105.417,98

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2021		31-12-2020	
	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Impostos diretos	1.266.299,43	0,00	1.197.480,16	0,00
Impostos indiretos	433.320,48	0,00	363.374,67	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	6.378,22	0,00	6.102,67	0,00
Transferências sem condição	4.713.130,61	0,00	4.253.618,85	0,00
Transferências com condição	12.246,01	508.168,00	12.462,35	462.241,00
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	0,00	614.393,30	0,00	176.282,23
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	6.702,55	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.438.077,30	1.122.561,30	5.833.038,70	638.523,23

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Provisões tinha a seguinte composição:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)- (10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8) +(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	210 540,90	456 364,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666 905,20
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	210 540,90	456 364,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666 905,20

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Sem aplicação.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Sem elementos a relatar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1431.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		41. Se MEP	3.514.029,09	0,00	3.514.029,09	3.509.824,48	0,00	3.509.824,48
		Subtotais	3.514.029,09	0,00	3.514.029,09	3.509.824,48	0,00	3.509.824,48
	Devedores /transf.sub.emp.bonif.							
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		211 - Clientes c/c	124.084,33	0,00	124.084,33	150.680,30	0,00	150.680,30
		213 - Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		214 - Utentes	3,85	0,00	3,85	660,02	0,00	660,02
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	280.405,49	273.261,02	7.144,47	204.059,44	204.059,44	0,00
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		24 - Estado e out.ent.públicos	451,54	0,00	451,54	3.463,32	0,00	3.463,32
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1.343.839,45	0,00	1.343.839,45	1.067.556,28	0,00	1.067.556,28
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	5.645,85	0,00	5.645,85	1.166,00	0,00	1.166,00
		27891 - Devedores diversos (+) 2772 - Garantias entregues a terceiros (-) 2791 Perdas p/ imparidades	25.597,36	4.748,13	20.849,23	21.412,27	4.748,13	16.664,14
		11.+12.+13.14 - Outros ativos financeiros	835.101,48	0,00	835.101,48	530.384,85	0,00	530.384,85
		41 Participações financeiras	200.067,50	0,00	200.067,50	200.067,50	0,00	200.067,50
		Subtotais	2.815.196,85	278.009,15	2.537.187,70	2.179.449,98	208.807,57	1.970.642,41
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							
		...						
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais		6.329.225,94	278.009,15	6.051.216,79	5.689.274,46	208.807,57	5.480.466,89

PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	37.682,67	0,00	37.682,67	90.096,60	0,00	90.096,60
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	370.555,09	0,00	370.555,09	370.555,09	0,00	370.555,09
		22 Fornecedores	226.178,78	0,00	226.178,78	241.487,54		241.487,54
		Outros passivos						
		23 - Pessoal (saldos credores)	71,03	0,00	71,03	37,10	0,00	37,10
		24 - Estado e out.ent.públicos	106.962,96	0,00	106.962,96	130.453,86	0,00	130.453,86
		271 - Fornecedores de investimentos	24.526,50	0,00	24.526,50	65.815,60	0,00	65.815,60
		2722 - Cred. por acréscimos	694.284,78	0,00	694.284,78	723.027,73	0,00	723.027,73
		218 - Adiantamentos de clientes	6.500,00	0,00	6.500,00	8.150,00	0,00	8.150,00
		276.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	122.199,97	0,00	122.199,97	48.410,05	0,00	48.410,05
		25 Financiamentos obtidos	4.432.705,53	0,00	4.432.705,53	4.390.717,05	0,00	4.390.717,05
		Subtotais	6.021.667,31	0,00	6.021.667,31	6.068.750,62	0,00	6.068.750,62
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Totais	6.021.667,31	0,00	6.021.667,31	6.068.750,62	0,00	6.068.750,62

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O grupo no final de 2021 tinha ao seu serviço 190 colaboradores, com um custo, conforme se descreve:

	2021	2020
Número médio de trabalhadores	190	180
Total de trabalhadores no Município	182	172
Total de trabalhadores na Agroalpiarça, CIRPL	8	8
Gastos com pessoal	3.778.705,02	3.599.361,60
Município de Alpiarça	3.576.993,94	3.420.511,81
Agroalpiarça, CIRPL	201.711,08	178.849,79

20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

O Município de Alpiarça tem uma entidade controlada, Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL, detendo uma participação de 99,87%.

Caso a Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL, mantenha os resultados negativos em 2022, será o 3º ano seguido a apresentar resultados líquidos negativos e por conseguinte objeto de deliberação de dissolução de acordo com o artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, versão atualizada.

21. RELATO POR SEGMENTOS

Sem aplicação.

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2021, o valor dos Investimentos financeiros contabilizados pela aplicação do método da equivalência patrimonial era o seguinte:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2021	
AR-Águas do Ribatejo, E.M., S.A.	Societária	508345464	742.268,00	13-12-2007	5,40	3 514 029,09	
Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL(a)	Não societária	502000066	149 805,00	12-04-1988	99,87	0,00	

Os restantes Investimentos financeiros detalham-se a seguir:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2021	
Tagusgás Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Societária	503956538	1 505,00	08-04-2004	0,01	1 505,00	
FAM- Fundo de Apoio Municipal	Societária	513319182	198 562,50	07-04-2005	0,05	198 562,50	

Participações em Entidade Não Societárias:

Entidade participada		Natureza	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
					em 2021	Forma de Realização		
Denominação	NIPC					Meios Monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMPV	508038430	AMFE	94110	-	1 000,00	1 000,00	0,00	Quota
AMVT	514203846	AMFE	84130	-	3 711,00	3 711,00	0,00	Quota
ANMP	501627413	AM	91333	-	4 359,24	4 359,24	0,00	Quota
CIMLT	508787033	CIM	91333	2 657 079,90	39 696,00	39 696,00	0,00	Quota
APMCH	502131047	AMFE	91331	-	357,00	357,00	0,00	Quota
Resiurb	504876864	AM	94110	8 018 615,49	5 948,52	5 948,52	0,00	Quota

AMFE- Associação Municipal com Fins específicos

AM- Associação Municipal

CIM- Comunidade Intermunicipal

Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e o valor dos bens e direitos que constituem o respetivo ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de dezembro de 2021 e que constituem o passivo do grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representa os fundos próprios do grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado, em 2021, traduziu-se num resultado negativo de 147.378,87 €.

Caso a Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL, tenha resultados líquidos negativos, em 2022, terá que ser dissolvida de acordo com o artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, versão atualizada.

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Como já referido anteriormente e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, *“As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”*, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apresentando apenas com os seus mapas.

DDORC – Demonstração do Desempenho Orçamental

Município de Alpiarça							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021							
Valores em €							
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	204.201,96	0,00	294.343,65	0,00	31.839,24	530.384,85	163.513,38
Operações Orçamentais [1]	204.201,96	0,00	294.343,65	0,00	0,00	498.545,61	98.683,40
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	31.839,24	31.839,24	64.829,98
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	6.997.032,49	0,00	0,00	0,00	0,00	6.997.032,49	6.650.628,56
R1 Receita Fiscal	1.596.466,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.466,70	1.530.630,13
R1.1 Impostos diretos	1.596.466,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.466,70	1.530.630,13
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	43.094,93	0,00	0,00	0,00	0,00	43.094,93	45.305,98
R4 Rendimentos de propriedade	269.760,23	0,00	0,00	0,00	0,00	269.760,23	386.700,87
R5 Transferências e subsídios correntes	4.667.067,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4.667.067,46	4.295.198,15
R5.1 Transferências correntes	4.667.067,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4.667.067,46	4.295.198,15
R5.1.1 Administrações Públicas	4.667.067,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4.667.067,46	4.295.198,15
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4.667.067,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4.667.067,46	4.295.198,15
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	405.311,73	0,00	0,00	0,00	0,00	405.311,73	378.180,45
R7 Outras receitas correntes	15.331,44	0,00	0,00	0,00	0,00	15.331,44	14.612,98
Receita de capital	603.822,40	0,00	898.705,71	0,00	0,00	1.502.528,11	958.815,69
R8 Venda de bens de investimento	95.654,40	0,00	0,00	0,00	0,00	95.654,40	8.740,98
R9 Transferências e subsídios de capital	508.168,00	0,00	898.705,71	0,00	0,00	1.406.873,71	950.074,71
R9.1 Transferências de capital	508.168,00	0,00	898.705,71	0,00	0,00	1.406.873,71	950.074,71
R9.1.1 Administrações Públicas	508.168,00	0,00	898.705,71	0,00	0,00	1.406.873,71	950.074,71
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	508.168,00	0,00	898.705,71	0,00	0,00	1.406.873,71	950.074,71
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	5.962,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.962,88	1.071,16
Receita efetiva [2]	7.606.817,77	0,00	898.705,71	0,00	0,00	8.505.523,48	7.610.515,41
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	559.581,48	0,00	559.581,48	1.181.261,80
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	559.581,48	0,00	559.581,48	1.181.261,80
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	7.811.019,73	0,00	1.193.049,36	559.581,48	0,00	9.563.650,57	8.890.460,61
Operações de tesouraria [8]	0,00	0,00	0,00	0,00	109.380,74	109.380,74	15.908,15
Despesa corrente	5.321.231,11	0,00	506.208,28	175.676,42	0,00	6.003.115,81	6.198.924,84

Município de Alpiarça								
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021 - Valores em €								
RUBRICA RECEBIMENTOS			FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				(n-1)	
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
D1	Despesas com o pessoal	3.464.954,70	0,00	163.961,86	6.590,85	0,00	3.635.507,41	3.399.062,67
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	2.517.603,99	0,00	46.512,14	6.500,85	0,00	2.570.616,98	2.433.443,28
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	202.717,35	0,00	2.312,56	0,00	0,00	205.029,91	167.666,02
D1.3	Segurança Social	744.633,36	0,00	115.137,16	90,00	0,00	859.860,52	797.953,37
D2	Aquisição de bens e serviços	1.515.114,35	0,00	238.344,85	90.110,34	0,00	1.843.569,54	2.260.705,31
D3	Juros e outros encargos	43.801,16	0,00	1.356,74	3.280,69	0,00	48.438,59	58.471,28
D4	Transferências e subsídios correntes	264.465,37	0,00	100.706,81	75.530,12	0,00	440.702,30	442.734,33
D4.1	Transferências correntes	264.465,37	0,00	57.244,89	75.530,12	0,00	397.240,38	442.734,33
D4.1.1	Administrações Públicas	129.056,39	0,00	54.244,89	21.473,06	0,00	204.774,34	242.486,56
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	129.056,39	0,00	54.244,89	21.473,06	0,00	204.774,34	242.486,56
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	36.603,45	0,00	3.000,00	42.335,75	0,00	81.939,20	52.718,80
D4.1.3	Famílias	98.805,53	0,00	0,00	11.721,31	0,00	110.526,84	147.528,97
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	43.461,92	0,00	0,00	43.461,92	0,00
D5	Outras despesas correntes	32.895,53	0,00	1.838,02	164,42	0,00	34.897,97	37.951,25
	Despesa de capital	1.515.779,04	0,00	513.942,36	318.222,28	0,00	2.347.943,68	898.366,04
D6	Aquisição de bens de capital	1.515.779,04	0,00	513.195,98	313.301,48	0,00	2.342.276,50	842.434,97
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	746,38	4.920,80	0,00	5.667,18	40.121,91
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	746,38	4.920,80	0,00	5.667,18	40.121,91
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	746,38	4.920,80	0,00	5.667,18	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	746,38	4.920,80	0,00	5.667,18	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.081,20
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.040,71
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.809,16
	Despesa efetiva [5]	6.837.010,15	0,00	1.020.150,64	493.898,70	0,00	8.351.059,49	7.097.290,88
	Despesa não efetiva [6]	403.879,32	0,00	66.604,81	65.682,78	0,00	536.166,91	1.294.624,12
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	403.879,32	0,00	66.604,81	65.682,78	0,00	536.166,91	1.294.624,12
	Soma [7]=[5]+[6]	7.240.889,47	0,00	1.086.755,45	559.581,48	0,00	8.887.226,40	8.391.915,00
	Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	24.383,94	24.383,94	48.898,89
	Saldo para a gerência seguinte	570.130,26	0,00	106.293,91	0,00	116.836,04	793.260,21	530.384,85
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	570.130,26	0,00	106.293,91	0,00	0,00	676.424,17	498.545,61
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	116.836,04	116.836,04	31.839,24
	Saldo global [2] - [5]	769.807,62	0,00	-121.444,93	-493.898,70	0,00	154.463,99	513.224,53
	Despesa primária	6.793.208,99	0,00	1.018.793,90	490.618,01	0,00	8.302.620,90	7.038.819,60
	Saldo corrente	1.675.801,38	0,00	-506.208,28	-175.676,42	0,00	993.916,68	451.703,72
	Saldo de capital	-911.956,64	0,00	384.763,35	-318.222,28	0,00	-845.415,57	60.449,65
	Saldo primário	813.608,78	0,00	-120.088,19	-490.618,01	0,00	202.902,58	571.695,81
	Receita total [1] + [2] + [3]	7.811.019,73	0,00	1.193.049,36	559.581,48	0,00	9.563.650,57	8.890.460,61
	Despesa total [5] + [6]	7.240.889,47	0,00	1.086.755,45	559.581,48	0,00	8.887.226,40	8.391.915,00

DODES – Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA										ANO	2021	EUROS	
Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
D011	Remunerações Certas e Permanentes	33.594,67	2.643.607,00	0,00	2.626.098,58	2.607.935,75	33.594,67	2.537.022,31	2.570.616,98	18.162,83	37.318,77	1,271	95,968
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.713,00	222.540,00	0,00	218.869,83	208.083,29	2.713,00	202.316,91	205.029,91	10.786,54	3.053,38	1,219	90,913
D013	Segurança Social	88.207,75	952.125,00	0,00	918.050,05	914.285,04	88.207,75	771.652,77	859.860,52	3.765,01	54.424,52	9,264	81,045
D02	Aquisição de bens e serviços	163.040,97	2.324.965,00	0,00	2.228.997,12	2.008.516,78	161.417,05	1.682.152,49	1.843.569,54	220.480,34	164.947,24	6,943	72,352
D03	Juros e outros encargos	19.202,95	79.503,00	0,00	75.898,31	67.641,54	0,00	48.438,59	48.438,59	8.256,77	19.202,95	0,000	60,927
D04115	Administração Local	71.072,92	246.390,00	0,00	245.957,63	240.360,45	51.261,92	153.512,42	204.774,34	5.597,18	35.586,11	20,805	62,305
D0412	Entidades do setor não lucrativo	5.000,00	84.010,00	0,00	83.989,20	81.939,20	5.000,00	76.939,20	81.939,20	2.050,00	0,00	5,952	91,583
D0413	Famílias	653,78	118.100,00	0,00	113.971,53	110.526,84	653,78	109.873,06	110.526,84	3.444,69	0,00	0,554	93,034
D042	Subsídios correntes	0,00	43.550,00	0,00	43.461,92	43.461,92	0,00	43.461,92	43.461,92	0,00	0,00	0,000	99,798
D05	Outras despesas correntes	15.686,21	54.010,00	0,00	46.895,44	37.872,23	15.686,21	19.211,76	34.897,97	9.023,21	2.974,26	29,043	35,571
Despesa de capital													
D06	Aquisição de bens de capital	50.291,48	3.086.893,34	0,00	2.892.096,91	2.342.702,40	50.291,48	2.291.985,02	2.342.276,50	549.394,51	425,90	1,629	74,249
D07115	Administração Local	0,00	6.440,00	0,00	6.276,61	6.276,61	0,00	5.667,18	5.667,18	0,00	609,43	0,000	88,000
D0712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D0714	Outras	12.040,84	12.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D09	Despesa com ativos financeiros	0,00	11.040,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,000	0,000
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	541.320,00	0,00	536.168,91	536.166,91	0,00	536.166,91	536.166,91	2,00	0,00	0,000	99,048
Total Despesas Correntes		399.172,25	6.768.800,00	0,00	6.602.189,61	6.320.623,04	358.534,38	5.644.581,43	6.003.115,81	281.566,57	317.507,23	5,297	83,391
Total Despesas de Capital		62.332,32	3.657.743,34	0,00	3.435.042,43	2.885.145,92	50.291,48	2.833.819,11	2.884.110,59	549.896,51	1.035,33	1,375	77,475
Total Geral		461.504,57	10.426.543,34	0,00	10.037.232,04	9.205.768,96	408.825,86	8.478.400,54	8.887.226,40	831.463,08	318.542,56	3,921	81,316

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de
.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de
.....

DOREC – Demonstração da Execução Orçamental da Receita

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA											ANO	2021	EUROS	
Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
R011	Impostos diretos	1.628.200,00	0,00	1.930.774,18	334.307,48	1.623.247,08	26.780,38	26.780,38	0,00	1.596.466,70	1.596.466,70	0,00	0,000	98,051
R03	Taxas, multas e outras penalidades	99.045,00	18.717,57	56.730,67	15.409,95	43.094,93	0,00	0,00	1.724,96	41.369,97	43.094,93	16.943,36	1,742	41,769
R04	Rendimentos de propriedade	683.600,00	360.393,85	252.367,38	40,00	269.760,23	0,00	0,00	45.679,59	224.080,64	269.760,23	342.961,00	6,682	32,779
R05111	Administração Central - Estado Português	4.672.095,00	0,00	4.668.357,96	0,00	4.667.067,46	0,00	0,00	2.972,18	4.664.095,28	4.667.067,46	1.290,50	0,064	99,829
R06	Venda de bens e serviços	744.820,00	279.722,98	542.257,82	126.927,88	405.436,73	125,00	125,00	21.048,37	384.263,36	405.311,73	289.741,19	2,826	51,591
R07	Outras receitas correntes	16.983,04	0,00	15.332,41	0,97	15.332,41	0,97	0,97	0,00	15.331,44	15.331,44	0,00	0,000	90,275
Receita de capital														
R08	Venda de bens de investimento	96.340,00	0,00	95.654,40	0,00	95.654,40	0,00	0,00	0,00	95.654,40	95.654,40	0,00	0,000	99,288
R09111	Administração Central - Estado Português	1.407.993,69	0,00	1.406.873,71	0,00	1.406.873,71	0,00	0,00	0,00	1.406.873,71	1.406.873,71	0,00	0,000	99,920
R13	Receita com passivos financeiros	572.921,00	0,00	559.581,48	0,00	559.581,48	0,00	0,00	0,00	559.581,48	559.581,48	0,00	0,000	97,672
Outras receitas														
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	6.000,00	0,00	5.962,88	0,00	5.962,88	0,00	0,00	0,00	5.962,88	5.962,88	0,00	0,000	99,381
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	498.545,61	0,00	498.545,61	0,00	498.545,61	0,00	0,00	0,00	498.545,61	498.545,61	0,00	0,000	100,000
		7.844.743,04	658.834,40	7.465.820,42	476.686,28	7.023.938,84	26.906,35	26.906,35	71.425,10	6.925.607,39	6.997.032,49	650.936,05	0,910	88,283
		2.077.254,69	0,00	2.062.109,59	0,00	2.062.109,59	0,00	0,00	0,00	2.062.109,59	2.062.109,59	0,00	0,000	99,271
		504.545,61	0,00	504.508,49	0,00	504.508,49	0,00	0,00	0,00	504.508,49	504.508,49	0,00	0,000	99,993
Total		10.426.543,34	658.834,40	10.032.438,50	476.686,28	9.590.556,92	26.906,35	26.906,35	71.425,10	9.492.225,47	9.563.650,57	650.936,05	0,685	91,039

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Documentos das entidades participadas

Vamos anexar os documentos das entidades participadas, nomeadamente da Agroalpiarça, CIPRL e da AR-Águas do Ribatejo, EM, SA, sendo que desta última vamos juntar apenas as demonstrações financeiras individuais, o relatório e parecer do fiscal único e a certificação de contas, estando disponível para consulta os documentos de gestão, referentes ao ano de 2021, na íntegra no seguinte link: <http://www.aguasdoribatejo.com/relatorio-gestao-contas/>

AGROALPIARÇA



AGROALPIARÇA

C. L. P. R. L.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da AGROALPIARÇA – Produção Agrícola, CIPRL, para reunir ordinariamente, na nossa sede, Rua José Relvas nº 387, em Alpiarça, pelas 17:30 Horas, do dia 11 de Abril de 2022 (Segunda-feira), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2021.
2. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.

Não havendo número suficiente de presenças na hora indicada, a Assembleia reunirá uma hora depois com qualquer número de cooperantes.

Alpiarça, 24 de Março de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


AGROALPIARÇA – CIPRL
(Fernando Almeida Lourenço)
Rua José Relvas. 387 | 2090-105 Alpiarça
243 558 288 agroalpiarca@hotmail.com
NIF 502 000 065



AGROALPIARÇA – PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CIPRL

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2021

A Direção da Agroalpiarça vem submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2021.

No ano de 2021 a produção foi colhida numa área de 39,7980 ha, correspondendo a um total de 255.000 litros de vinho tinto e 44.000 litros de vinho branco, distribuídos da seguinte forma: Em tintos 100000 litros apto a DOP “Do Tejo”; 100000 litros apto a IGP Tejo e 55000 litros de vinho de mesa. Em relação aos brancos tivemos 20000 litros apto a DOP “DO Tejo”; 20000 litros apto a IGP Tejo e 4000 litros de mesa. De referir ainda que foram vendidas 13.460 Kg de uva branca e 61.980 Kg de uva tinta, correspondendo a uma área de 8,4 ha.

Nos terrenos de culturas arvenses sob administração da cooperativa, a direção continua a optar pelo arrendamento, de acordo com o que foi feitos nos últimos anos, sendo neste ano a área total de 121,55 ha, gerando um montante de receita de 63.970 €.

Informamos ainda que estão em fase de conclusão um projeto para reconversão da vinha entretanto arrancada (Vitis) e um outro para a aquisição de equipamentos (PDR2020).

Em virtude deste novo elenco diretivo ter tomado posse em 15 de Dezembro tivemos um tempo útil de apenas 10 dias úteis de gestão. Apesar disso tivemos que tomar a decisão de dispensar um trabalhador administrativo pelo custo/proveito do mesmo.

Deste modo o presente relatório vai ser elaborado pelos números apresentados pela nossa contabilidade.

Em termos de evolução das vendas e prestações de serviços, as mesmas tiveram um crescimento de 25.000 euros em volume a que corresponde uma variação positiva de 7,67%.

No reverso da moeda temos um aumento do CMVMC de 22.600€, no FSE um aumento de 5.000€, nos custos com o pessoal um aumento de 22.800€ e nos inventários da produção uma diferença de 32.200€.

Importa referir ainda que além do empréstimo bancário no Novo Banco no montante de 84.745,72€ temos no Millennium/BCP uma linha de crédito num montante utilizado no valor de 34.752,15€.

Analisando a Demonstração de Resultados do ano de 2021, podemos concluir que o resultado é negativo em **46.634,18€**.

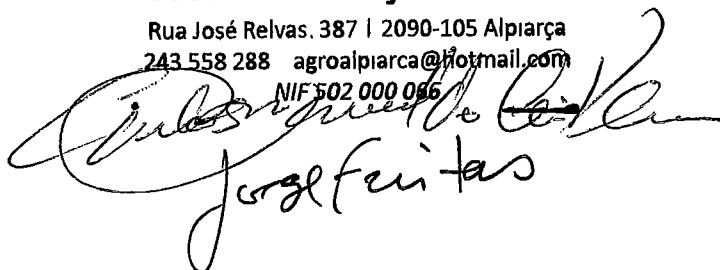
A Direção da Agroalpiarça propõe assim que o resultado líquido negativo do exercício de 46.634,18€ tenha a seguinte aplicação:

(46.634,18)€ para Resultados Transitados

Alpiarça, 11 de abril de 2022

AGROALPIARÇA – CIPRL

Rua José Relvas. 387 | 2090-105 Alpiarça
243 558 288 agroalpiarca@hotmail.com
NIF 502 000 086



Jorge Freitas



R. B. Pereira

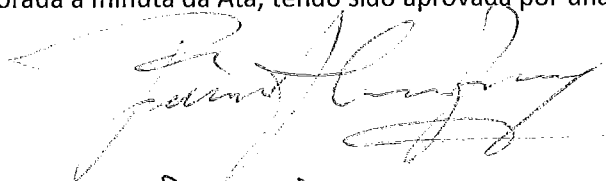
Minuta da Assembleia Geral da Agroalpiarça – Produção Agrícola, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada realizada aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta minutos

Ponto 1 da ordem de trabalhos:

- Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2021

Foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Foi elaborada a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade.



António Ferreira Almeida
Rita Isabel Cetano Romão

AGROALPIARÇA, CIPRL

RELATÓRIO E CONTAS

2021

1 - Introdução

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, com sede social em RUA JOSÉ RELVAS 387, com um capital social de 150 000,00 €, tem como atividade principal Agricultura e produção animal combinadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

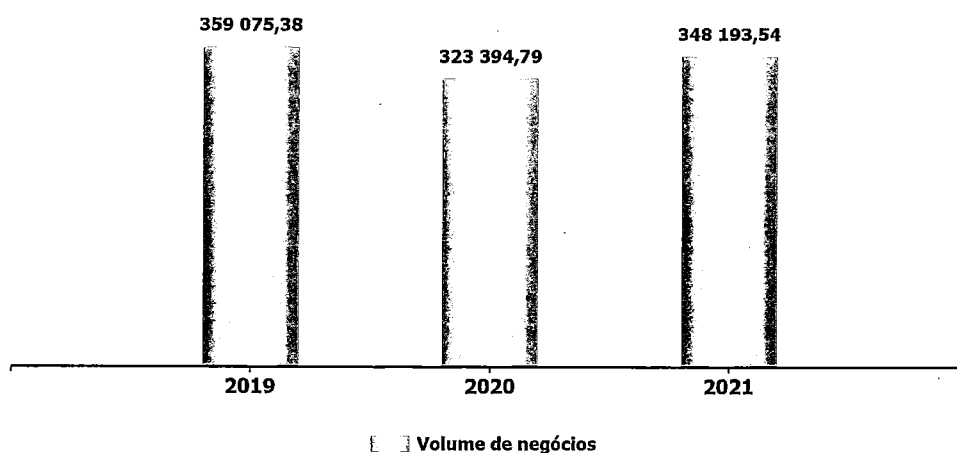
O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 348 193,54 €, representando uma variação de 7,67% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Direção

João Freitas
Rita Gonçalves
Carlos Caetano

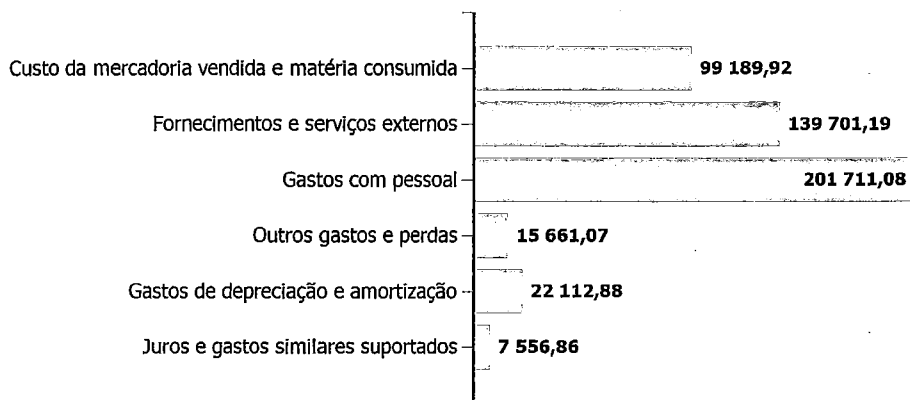
Estrutura de Rendimentos



■ Vendas ■ Prestação de Serviços ■ Outros Rendimentos

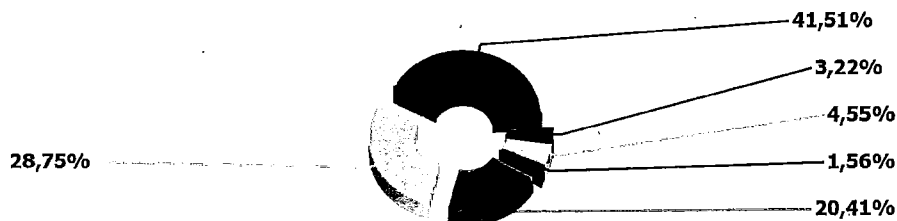
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



2021

Estrutura de Gastos Percentual



■ Custo da mercadoria vendida e matéria consumida ■ Gastos com pessoal
 ■ Fornecimentos e serviços externos ■ Outros gastos e perdas
 ■ Gastos de depreciação e amortização
 ■ Juros e gastos similares suportados

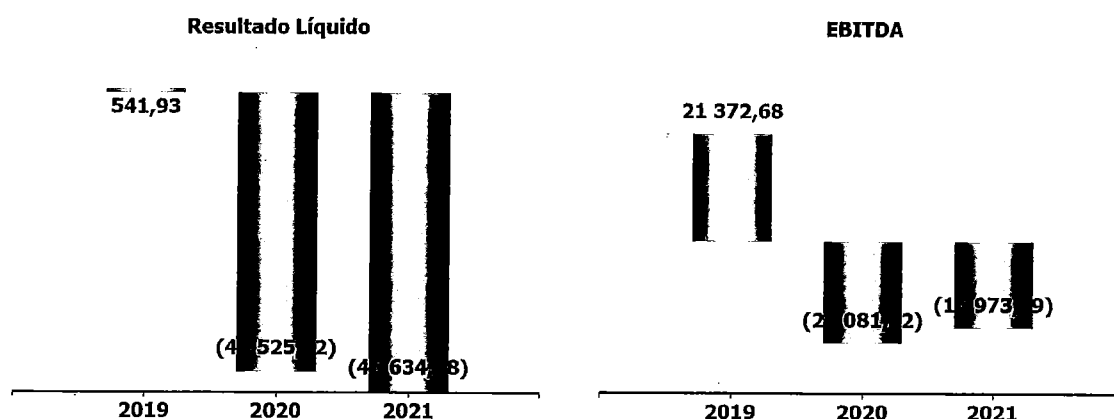
Direcção

Assinaturas:
 José Afonso
 Rui António
 Carlos Coelho

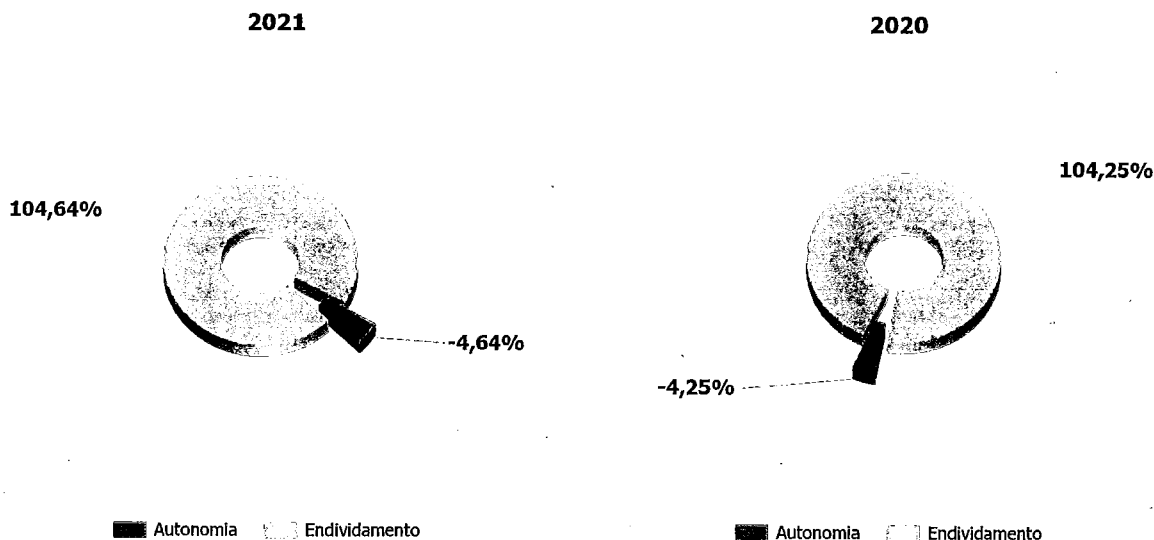
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	201 711,08	178 849,79	210 828,90
Nº Médio de Pessoas	8,00	8,00	9,00
Gasto Médio por Pessoa	25 213,89	22 356,22	23 425,43

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Direcção

Joseffran tes

Roberto Pereira tes

Carlos Cai Len

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	385 529,70	49 %	375 340,08	47 %
Ativo corrente	404 966,01	51 %	419 480,96	53 %
Total ativo	790 495,71		794 821,04	

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	(36 718,04)	-5 %	(33 818,06)	-4 %
Passivo não corrente	284 888,00	36 %	302 361,51	38 %
Passivo corrente	542 325,75	69 %	526 277,59	66 %
Total Capital Próprio e Passivo	790 495,71		794 821,04	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de -46 634,18€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2021
Resultados Transitados	(46 634,18)

Direcção

José Freitas
Ribeiro António
Carlos G. Klen

6 - Outras Informações

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de (36.718,04) €, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social. Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais). Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

- Activo Corrente = 404.966,01 €
- Passivo Corrente = 542.325,75 €
- Activo Total = 790.495,71 €
- Passivo Total = 827.213,75 €

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, e o Anexo.

Direcção

João Freitas
António de Oliveira
Carlos E. Lima

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2021
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRI**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	348 193,54	323 394,79
Subsídios à exploração	12 246,01	12 462,35
Variação nos inventários da produção	(1 877,84)	(34 144,16)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(99 189,92)	(76 566,51)
Fornecimentos e serviços externos	(139 701,19)	(134 121,24)
Gastos com o pessoal	(201 711,08)	(178 849,79)
Outros rendimentos	80 727,76	83 975,56
Outros gastos	(15 661,07)	(16 232,32)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos	(16 973,79)	(20 081,32)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22 112,88)	(21 304,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(39 086,67)	(41 385,32)
Gasto líquido de financiamento	(7 521,77)	(2 133,17)
Resultado antes de impostos	(46 608,44)	(43 518,49)
Imposto sobre o rendimento do período	(25,74)	(7,23)
Resultado líquido do período	(46 634,18)	(43 525,72)

Direcção

Carlos Manuel Boanda
Manuel Boanda
Carlos Manuel Boanda

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

CARLOS MANUEL BOANDA
Ferreira

**Balanço - (modelo para ME) em
31-12-2021
(montantes em euros)**

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

RUBRICAS	DATAS	
	2021	2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	384 722,60	374 708,13
Investimentos financeiros	807,10	631,95
	385 529,70	375 340,08
Ativo corrente		
Inventários	222 961,97	230 625,10
Clientes	109 723,13	122 897,95
Estado e outros entes públicos		715,30
Capital subscrito e não realizado		22,46
Diferimentos	3 212,68	4 809,63
Outros ativos correntes	27 226,96	19 834,82
Caixa e depósitos bancários	41 841,27	40 598,16
	404 966,01	419 503,42
Total ativo	790 495,71	794 843,50
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
Reservas	102 615,84	102 615,84
Resultados transitados	(333 653,21)	(290 127,49)
Outras variações no capital próprio	90 953,51	47 241,77
Resultado líquido do período	(46 634,18)	(43 525,72)
Total do capital próprio	(36 718,04)	(33 795,60)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	284 888,00	302 361,51
	284 888,00	302 361,51
Passivo corrente		
Fornecedores	348 159,99	381 989,23
Estado e outros entes públicos	13 472,81	6 676,35
Financiamentos obtidos	44 938,22	8 890,80
Outros passivos correntes	135 754,73	128 721,21
	542 325,75	526 277,59
Total do passivo	827 213,75	828 639,10
Total do capital próprio e do passivo	790 495,71	794 843,50

Direcção *Carlos Manuel Boavida Ferreira*
Carlos Manuel Boavida Ferreira

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)
 CARLOS MANUEL
 BOAVIDA FERREIRA
Autenticado de forma digital por CARLOS MANUEL BOAVIDA FERREIRA
 Código 20232411 147743 48104

- Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL
Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387
Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas
Código CAE: 01500
Nº médio de empregados durante o período: 8,00

- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**1.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para microentidades, o instituído pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Crédores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

- Principais políticas contabilísticas**1.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

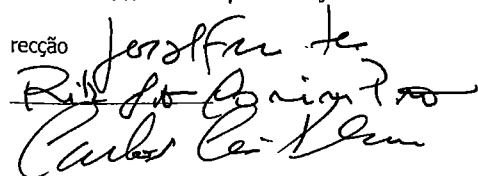
As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

recção



As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo

qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25.000 euros. e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes,

conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito das Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Ativos fixos tangíveis

1.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	358 252,04	137 846,45	522 553,57	152 157,37	18 639,01		26 761,27	3 450,00		1 219 659,71
Depreciações acumuladas	30 424,89	122 630,15	497 678,32	148 817,94	18 639,01		26 761,27			844 951,58
Saldo no início do período	327 827,15	15 216,30	24 875,25	3 339,43				3 450,00		374 708,13
Variações do período	(5 293,88)	(2 344,28)	9 479,37	8 173,26						10 014,47
Total de aumentos			17 113,14	15 014,21						32 127,35
Aquisições em primeira mão			17 113,14	15 014,21						32 127,35
Total diminuições	5 293,88	2 344,28	7 633,77	6 840,95						22 112,88
Depreciações do período	5 293,88	2 344,28	7 633,77	6 840,95						22 112,88
Outras transferências		0,00								0,00
Saldo no fim do período	322 533,27	12 872,02	34 354,62	11 512,69				3 450,00		384 722,60
Valor bruto no fim do período	358 252,04	137 846,45	539 666,71	163 971,58	14 972,72		26 761,27	3 450,00		1 244 920,77
Depreciações acumuladas no fim do período	35 718,77	124 974,43	505 312,05	152 458,85	14 972,72		26 761,27			860 198,17

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	358 252,03	137 846,45	514 269,19	152 157,37	18 639,01		26 053,31	3 450,00		1 210 667,36
Depreciações acumuladas	25 766,82	120 120,92	488 302,60	145 730,54	18 639,01		26 053,31			824 613,20
Saldo no início do período	332 485,21	17 725,53	25 966,59	6 426,83				3 450,00		386 054,16
Variações do período	(4 658,06)	(2 509,23)	(1 091,34)	(3 087,40)						(11 346,03)
Total de aumentos	0,01		9 250,00				707,96			9 957,97
Adições em primeira mão			9 250,00				707,96			9 957,96
Outros aumentos	0,01									0,01
Total diminuições	4 658,07	2 509,23	10 341,34	3 087,40			707,96			21 304,00
Depreciações do período	4 658,07	2 509,23	10 341,34	3 087,40			707,96			21 304,00
Saldo no fim do período	327 827,15	15 216,30	24 875,25	3 339,43				3 450,00		374 708,13
Valor bruto no fim do período	358 252,04	137 846,45	522 553,57	152 157,37	18 639,01		26 761,27	3 450,00		1 219 659,71
Depreciações acumuladas no fim do período	30 424,89	122 630,15	497 678,32	148 817,94	18 639,01		26 761,27			844 951,56

Ativos intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos a at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

João
 Carlos Manuel Boavida
 Carlos Manuel Boavida
 Carlos Manuel Boavida

ANEXO DO ANO DE 2021

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Locações

1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		12 601,63		12 601,63	
Depreciações/Amortizações acumuladas		12 349,60		12 349,60	
Saldo no fim do período		252,03		252,03	
Total dos futuros pagamentos mínimos		2 405,06		2 405,06	
Até um ano		2 405,06		2 405,06	
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

Quadro comparativo:

Direção
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

ANEXO DO ANO DE 2021

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		12 601,63		12 601,63	
Depreciações/Amortizações acumuladas		9 262,20		9 262,20	
Saldo no fim do período		3 339,43		3 339,43	
Total dos futuros pagamentos mínimos		4 753,82		4 753,82	
Até um ano		2 348,76		2 348,76	
De um a cinco anos		2 405,06		2 405,06	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

Inventários

2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

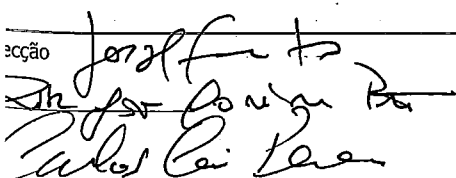
Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais	1 960,00	15 131,46	17 091,46		29 429,27	29 429,27
Compras	1 680,00	94 786,74	96 466,74	5 075,00	59 153,70	64 228,70
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais		14 368,28	14 368,28	1 960,00	15 131,46	17 091,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	3 640,00	95 549,92	99 189,92	3 115,00	73 451,51	76 566,51
OUTRAS INFORMAÇÕES						

3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	179 478,81	29 114,88		208 593,69	162 135,93	40 105,46	11 292,25	213 533,64
Reclassificação e regularização de Inventários	(2 610,11)	(452,00)		(3 062,11)	(2 409,52)	(94,40)		(2 503,92)
Inventários Iniciais	162 135,93	40 105,46	11 292,25	213 533,64	190 159,34	47 731,67	12 290,71	250 181,72
Variação da produção	19 952,99	(10 538,58)	(11 292,25)	(1 877,84)	(25 613,89)	(7 531,81)	(998,46)	(34 144,16)
OUTRAS INFORMAÇÕES								

Rédito

2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Assinatura


Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	347 753,54	321 114,79
Prestação de serviços	440,00	2 280,00
Outros réditos	80 762,85	83 975,56
Total	428 956,39	407 370,35

- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

1.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			4 310,18						
Para ativos fixos tangíveis			4 310,18						
Terrenos e recursos naturais			2 879,98						
Equipamento básico			1 430,20						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12 246,01						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			16 556,19						

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			4 566,46						
Para ativos fixos tangíveis			4 566,46						
Terrenos e recursos naturais			2 426,26						
Equipamento básico			2 140,20						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12 462,35						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			17 028,81						

2 - Impostos e contribuições

2.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

recção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(46 608,44)	(43 518,49)
Imposto corrente	25,74	7,23
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	25,74	7,23
Tributações autônomas	25,74	7,23
Taxa efetiva de imposto	(0,05)	(0,01)

.2. Outras divulgações

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		25,74		7,23
Imposto estimado		25,74		7,23
Retenção de impostos sobre rendimentos		1 400,89		805,56
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		8 948,10	715,30	1 252,27
Contribuições para a Segurança Social		3 064,59		4 596,06
Outras tributações		33,49		15,23
Total		13 472,81	715,30	6 676,35

- Instrumentos financeiros

.5. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			136 950,09		
Cientes			109 723,13		
Adiantamentos a fornecedores			5 645,85		
Outras contas a receber			21 581,11		
Passivos financeiros:			813 740,94		
Fornecedores			348 159,99		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			329 826,22		
Outras contas a pagar			129 254,73		
Ganhos e perdas líquidos:			(77,53)		
De ativos financeiros			(0,46)		
De passivos financeiros			(77,07)		
Rendimentos e gastos de juros:			(7 464,34)		
De passivos financeiros			(7 464,34)		

Quadro comparativo:

ção *João Ferreira*
Carlos Manuel Boavista
Carlos Manuel Boavista

ANEXO DO ANO DE 2021

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			142 732,77		
Clientes			122 897,95		
Adiantamentos a fornecedores			1 166,00		
Outras contas a receber			18 668,82		
Passivos financeiros:			821 962,75		
Fornecedores			381 989,23		
Adiantamentos de clientes			8 150,00		
Financiamentos obtidos			311 252,31		
Outras contas a pagar			120 571,21		
Ganhos e perdas líquidos:			(795,27)		
De ativos financeiros			(1,36)		
De passivos financeiros			(793,91)		
Rendimentos e gastos de juros:			(1 543,17)		
De passivos financeiros			(1 543,17)		

Capital Próprio

3. Movimentos associados ao capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Por memória: quotas não liberadas	(22,46)		22,46	
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(290 127,49)	43 525,72		(333 653,21)
Outras variações nos capitais próprios	47 241,77		43 711,74	90 953,51
Subsídios	47 241,77		249,82	47 491,59
Outras variações			43 461,92	43 461,92
Total	9 730,12	43 525,72	43 711,74	9 916,14

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Por memória: quotas não liberadas		22,46		(22,46)
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(290 669,42)		541,93	(290 127,49)
Outras variações nos capitais próprios	50 528,23	3 286,46		47 241,77
Subsídios	50 528,23	3 286,46		47 241,77
Total	12 474,65	3 286,46	541,93	9 730,12

Assinatura: Carlos Ferreira

Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	347 753,54	347 753,54
De mercadorias	4 905,00	4 905,00
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	342 848,54	342 848,54
Prestações de serviços	440,00	440,00
Compras	96 466,74	96 466,74
Fornecimentos e serviços externos	139 701,19	139 701,19
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	99 189,92	99 189,92
Mercadorias	3 640,00	3 640,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	95 549,92	95 549,92
Variação nos inventários de produção	(1 877,84)	(1 877,84)
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	8,00
Gastos com o pessoal	201 711,08	201 711,08
Remunerações	164 773,66	164 773,66
Outros gastos	36 937,42	36 937,42
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	384 722,60	384 722,60
Total das aquisições	32 127,35	32 127,35
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	321 114,79	321 114,79
De mercadorias	4 450,84	4 450,84
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	316 663,95	316 663,95
Prestações de serviços	2 280,00	2 280,00
Compras	64 228,70	64 228,70
Fornecimentos e serviços externos	134 121,24	134 121,24
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	76 566,51	76 566,51
Mercadorias	3 115,00	3 115,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	73 451,51	73 451,51
Variação nos inventários de produção	(34 144,16)	(34 144,16)
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	8,00
Gastos com o pessoal	178 849,79	178 849,79
Remunerações	144 246,41	144 246,41
Outros gastos	34 603,38	34 603,38
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	374 708,13	374 708,13
Total das aquisições	9 957,96	9 957,96
Propriedades de Investimento		

2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	347 753,54			347 753,54
Prestações de serviços	440,00			440,00
Compras	92 088,58	4 378,16		96 466,74
Fornecimentos e serviços externos	138 524,19	1 177,00		139 701,19
Aquisições de ativos fixos tangíveis	32 127,35			32 127,35
Rendimentos suplementares:	75 632,88			75 632,88
Outros rendimentos suplementares	75 632,88			75 632,88

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas	321 114,79			321 114,79
Prestações de serviços	2 280,00			2 280,00
Compras	62 639,10	1 589,60		64 228,70
Fornecimentos e serviços externos	134 115,48	5,76		134 121,24
Aquisições de ativos fixos tangíveis	9 957,96			9 957,96
Rendimentos suplementares:	76 500,11			76 500,11
Outros rendimentos suplementares	76 500,11			76 500,11

3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

Assinatura

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de (36.718,04) €, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social

Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais).

Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

- Activo Corrente = 404.966,01 €
- Passivo Corrente = 542.325,75 €
- Activo Total = 790.495,71 €
- Passivo Total = 827.213,75 €

- Outras informações

1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	17 294,65	13 435,10
Serviços especializados	42 731,84	42 909,65
Trabalhos especializados	10 113,68	13 242,79
Publicidade e propaganda	715,00	5,76
Vigilância e segurança	70,50	38,00
Comissões	3,90	1,36
Conservação e reparação	30 143,72	28 929,26
Outros	1 685,04	692,48
Materiais	1 797,46	1 316,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	831,93	229,84
Livros e documentação técnica		26,31
Material de escritório	965,53	1 060,57
Energia e fluidos	39 741,32	37 761,31
Eletricidade	25 976,93	24 962,25
Combustíveis	10 686,28	9 841,93
Água	2 468,93	1 959,19
Outros	609,18	997,94
Deslocações, estadas e transportes	1 298,25	1 061,90
Deslocações e estadas	618,25	201,90
Transportes de mercadorias	680,00	860,00
Serviços diversos	36 837,67	37 636,56
Rendas e alugueres	26 705,54	26 703,54
Comunicação	1 976,84	1 786,36
Seguros	6 148,98	5 715,61
Despesas de representação	64,25	
Limpeza, higiene e conforto	1 267,39	2 155,07
Outros serviços	674,67	1 275,98
Total	139 701,19	134 121,24

Partes relacionadas

1. Identificação das partes relacionadas

1.2. Entidades participantes

1.2.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Porcentagem
De pessoas coletivas residentes	99,870000%
De pessoas coletivas não residentes	0,130000%
Total	100,000000%

1.2.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

·cảo

NIF	501133097
LEI	
Denominação	
Sede (País)	PT
CAE	8411
Part. direta capital (%)	99,870000%
Part. direta direitos voto (%)	5,880000%
Data de início da participação	20-04-1988
Data de fim da participação	

..3. Entidades participadas

..3.1. Entidades em que a entidade participa diretamente

Assinatura
20/04/2021
Carlos Manuel Boavida Ferreira

NIF	501873872
LEI	
Denominação	Agromais
Sede (País)	PT
CAE	4621
Dividendos pagos pela participante	
Natureza relação	
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Se SIM, indique o método	
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Part. direta capital (%)	0,010000%
Part. direta direitos voto (%)	0,010000%
Data de início da participação	17-11-2000
Data de fim da participação	
NIF	510853960
LEI	
Denominação	FCT
Sede (País)	PT
CAE	6530
Dividendos pagos pela participante	
Natureza relação	
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Se SIM, indique o método	
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Part. direta capital (%)	0,010000%
Part. direta direitos voto (%)	0,010000%
Data de início da participação	01-12-2018
Data de fim da participação	
NIF	504091735
LEI	
Denominação	CCAM
Sede (País)	PT
CAE	6419
Dividendos pagos pela participante	
Natureza relação	
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Se SIM, indique o método	
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Part. direta capital (%)	0,010000%
Part. direta direitos voto (%)	0,010000%
Data de início da participação	07-10-1988
Data de fim da participação	

ção

Handwritten signatures and notes:
272
Carlos Ce. Loure

Custos de empréstimos obtidos

Política contábilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza- dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		44 938,22	284 888,00	7 576,50	7 464,34				
ações de crédito e instituições financeiras		44 938,22	90 584,65	7 576,50	7 464,34				
empréstimos de capital			194 303,35						
participantes - instituições e outros			194 303,35						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		44 938,22	284 888,00	7 576,50	7 464,34				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza- dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		8 890,80	302 361,51	2 348,08	1 758,08				
ações de crédito e instituições financeiras		8 890,80	108 103,04	2 348,08	1 758,08				
empréstimos de capital			194 258,47						
participantes - instituições e outros			194 258,47						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		8 890,80	302 361,51	2 348,08	1 758,08				

Benefícios dos empregados**Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas**

João
 Carlos Manuel
 Boavida Ferreira

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
Pessoas remuneradas	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
Pessoas a tempo completo	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
(das quais pessoas remuneradas)	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	8,00	15 530,00	8,00	14 359,00
Masculino	8,00	15 530,00	7,00	12 564,00
Feminino			1,00	1 795,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	201 711,08	178 849,79
Remunerações do pessoal	164 773,66	144 246,41
Encargos sobre as remunerações	31 205,71	28 615,01
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 978,30	5 164,80
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 753,41	823,57
- fardamento	264,07	29,25

Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 260,23		622,83	637,40
Depósitos à ordem	39 337,93	865,94		40 203,87
Outros depósitos bancários		1 000,00		1 000,00
Total	40 598,16	1 865,94	622,83	41 841,27

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	150,00	1 110,23		1 260,23
Depósitos à ordem	14 028,92	25 309,01		39 337,93
Outros depósitos bancários				
Total	14 178,92	26 419,24		40 598,16

João
Carlos
Carlos



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela direção da AGROALPIARÇA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2. No decurso do exercício que acompanhamos, num curto espaço de tempo, tendo em atenção que tomamos posse no dia 15 de Dezembro de 2021, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também, pela observância da lei e dos estatutos.

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:

a) O Balanço, a Demonstração dos Resultados e os correspondentes Anexos, permitem uma avaliação e compreensão adequada à situação financeira da cooperativa e dos seus resultados;

b) Consideramos que, quer as políticas contabilistas, quer todos os critérios que foram adotados foram os procedimentos adequados;

c) O Relatório de Atividades vem esclarecer toda a evolução da atividade da Cooperativa e da sua atual situação financeira, onde estão explanados todos os aspetos com maior significado;

Nestes termos, tendo em consideração as informações que recebemos da Direção e da consequente análise do Relatório de Contas, somos do parecer que:

1 – O Relatório de Atividades e as demonstrações Financeiras sejam aprovados;



AGROALPIARÇA

C. I. P. R. L.

Nota:

No período de 2021, apesar da pandemia COVID-19, que afetou todas as atividades económicas, verificamos que os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 348 193,54 €, representando uma variação de 7,67% relativamente ao ano anterior.

Com a possível reestruturação da empresa, é possível que os “Custos de Pessoal” venham a diminuir no próximo ano já que, no ano de 2021, existiu um aumento significativo nessa rubrica.

Verificou-se também um aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, em 29,5%, o que veio influenciar negativamente o resultado.

Alpiarça, 06 de Abril de 2022

O Presidente do Concelho Fiscal

João Manuel Martinho Porfírio



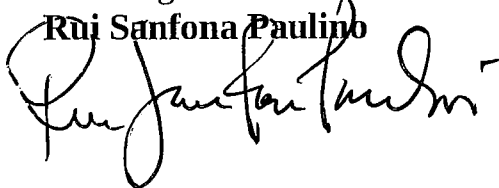
O 1º Vogal

Abel Ferreira Melro Pedro



O 2º Vogal

Rui Sanfona Paulino



ÁGUAS DO RIBATEJO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	90.464.601,51	90.797.133,11
Activos intangíveis	5	660.148,26	660.148,26
Outros investimentos financeiros	6	18.384,39	12.932,94
Activos por impostos diferidos	9	92.461,92	0,00
Total dos Activos Não Correntes		91.235.596,08	91.470.214,31
Inventários	7	232.639,51	241.507,88
Clientes	8, 28	2.765.721,74	2.610.860,85
Estado e outros entes públicos	9	790.871,78	320.617,32
Outros créditos a receber	10, 28	2.226.281,45	2.131.133,45
Diferimentos	11	89.448,44	58.786,95
Caixa e depósitos bancários	12	4.321.481,59	3.632.227,27
Total dos Activos Correntes		10.426.444,51	8.995.133,72
		101.662.040,59	100.465.348,03
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	1, 13	13.743.362,00	13.743.362,00
Reservas legais	14	2.748.672,40	2.393.350,17
Outras reservas		1.065.955,95	1.065.955,95
Resultados transitados	15	5.285.211,76	2.936.417,58
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	40.221.418,08	41.912.813,26
Resultado líquido do exercício		2.009.992,73	2.704.116,41
Total dos Capitais Próprios		65.074.612,92	64.756.015,37
Passivo			
Financiamentos obtidos	17, 18	14.812.793,32	14.487.794,05
Outras dívidas a pagar	19, 28	11.344.502,54	11.821.562,71
Total dos Passivos Não Correntes		26.157.295,86	26.309.356,76
Fornecedores	20, 28	1.270.723,25	968.386,56
Estado e outros entes públicos	9	201.673,04	194.019,16
Financiamentos obtidos	17, 18	3.086.611,49	2.747.374,71
Outras dívidas a pagar	19, 28	5.871.124,03	5.490.195,47
Total dos Passivos Correntes		10.430.131,81	9.399.975,90
Total do Passivo		36.587.427,67	35.709.332,66
		101.662.040,59	100.465.348,03

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 24 de março de 2022

O Contabilista Certificado

A Administração

202673081
30113

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Vendas de mercadorias	21	7.842.435,82	7.939.412,34
Prestação de serviços	21	9.785.411,64	9.713.023,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(1.243.807,73)	(1.067.392,28)
Fornecimentos e serviços externos	23	(7.314.484,33)	(6.544.716,50)
Gastos com o pessoal	24	(4.041.495,33)	(3.961.524,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(277.234,52)	(503.491,72)
Outros rendimentos	25	3.154.524,06	3.321.795,08
Outros gastos	26	(255.041,00)	(195.154,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.650.308,61	8.701.951,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(5.287.590,37)	(5.263.891,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.362.718,24	3.438.060,55
Juros e rendimentos similares obtidos	27	16.163,37	9.708,77
Juros e gastos similares suportados	27	(264.927,03)	(288.817,72)
Resultado antes de impostos		2.113.954,58	3.158.951,60
Imposto sobre o rendimento do período	9	(103.961,85)	(454.835,19)
Resultado líquido do período		2.009.992,73	2.704.116,41

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 24 de março de 2022

O Contabilista Certificado



A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

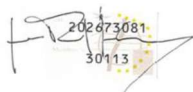
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.21	31.Dez.20
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	8	18.245.740,47	17.980.342,78
Pagamentos a fornecedores	20	(5.616.259,46)	(4.746.627,35)
Pagamentos ao pessoal	24	(4.041.495,33)	(3.961.524,45)
Caixa gerada pelas operações		<u>8.587.985,68</u>	<u>9.272.190,98</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	9	(453.603,00)	(490.458,30)
Outros recebimentos/pagamentos	1, 19, 25, 26	(3.986.049,90)	(4.566.298,70)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>4.148.332,78</u>	<u>4.215.433,98</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	(4.580.369,02)	(7.036.342,78)
Activos intangíveis			(9.970,23)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		<u>(4.580.369,02)</u>	<u>(7.046.313,01)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		8.128,06	3.396,49
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento	16	697.690,11	3.303.388,35
Juros e rendimentos similares		16.163,37	9.708,77
Dividendos			
		<u>721.981,54</u>	<u>3.316.493,61</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(3.858.387,48)</u>	<u>(3.729.819,40)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17, 18	3.750.000,00	1.875.000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	16		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		<u>3.750.000,00</u>	<u>1.875.000,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17, 18	(3.085.763,95)	(2.771.376,26)
Juros e gastos similares	27	(264.927,03)	(288.817,72)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		<u>(3.350.690,98)</u>	<u>(3.060.193,98)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>399.309,02</u>	<u>(1.185.193,98)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	12	<u>689.254,32</u>	<u>(699.579,40)</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	<u>3.632.227,27</u>	<u>4.331.806,67</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>4.321.481,59</u>	<u>3.632.227,27</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 24 de março de 2022

O Contabilista Certificado**A Administração**


202473081
30113

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital									
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	Notas	13.743.362,00	2.393.350,17	1.065.955,95	2.936.417,58	41.912.813,26	2.704.116,41	64.756.015,37
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos									
Excedente de revalorização de activos									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
capital próprio		14, 15, 16		355.322,23		2.348.794,18	-1.691.395,18	-2.704.116,41	-1.691.395,18
	2			355.322,23		2.348.794,18	-1.691.395,18	-2.704.116,41	-1.691.395,18
Resultado Líquido do Período	3							2.009.992,73	2.009.992,73
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-694.123,68	318.597,55
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
	5								
Posição no Fim do Período	= 1 + 2 + 3 + 5		13.743.362,00	2.748.672,40	1.065.955,95	5.285.211,76	40.221.418,08	2.009.992,73	65.074.612,92

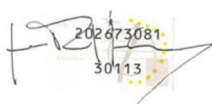
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 24 de março de 2022

O Contabilista Certificado

A Administração



Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

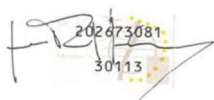
			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
								Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	Notas	13.743.362,00	1.709.567,17	1.065.955,95	1.340.923,90	43.445.234,27	2.279.276,68
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedente de revalorização de activos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
capital próprio		14, 15, 16		683.783,00		1.595.493,68	-1.532.421,01	-2.279.276,68
	2			683.783,00		1.595.493,68	-1.532.421,01	-2.279.276,68
Resultado Líquido do Período	3							2.704.116,41
Resultado Integral	4 = 2 + 3							424.839,73
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	5							
Posição no Fim do Período	= 1 + 2 + 3 + 5		13.743.362,00	2.393.350,17	1.065.955,95	2.936.417,58	41.912.813,26	2.704.116,41

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 24 de março de 2022

O Contabilista Certificado

A Administração





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**:

- a) aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de março de 2022

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 101.662.041 euros e um total de capital próprio de 65.074.613 euros, incluindo um resultado líquido de 2.009.994 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão, nos eventos subsequentes, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2021, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação por esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras



O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

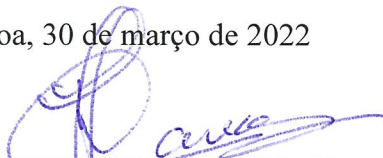
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2022


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

representada por,

João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849

ASSINATURAS

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2021 (que evidencia um total de 62.778.812 euros e um total de património líquido de 55.168.680 euros, incluindo um resultado negativo líquido de 147.314 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** em 31/12/2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

1. A entidade detém participação de 99,87% na Agroalpiarça, CIPRL. A participada não apresenta, a 31 de dezembro de 2021, demonstrações financeiras auditadas. Por esse motivo, e uma vez que não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria alternativos, nos foi possível concluir quanto ao efeito, se algum, dos eventuais ajustamentos que poderiam ter sido identificados caso tivéssemos obtido a informação supra referida.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Ênfases

Conforme nota 2.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Grupo irá adotar o princípio previsto na IPSAS 33, que permite que no período de transição de 3 anos, seja possível efetuar correções ao balanço de abertura, nomeadamente a aplicação da NCP 4 - Acordos de concessão de serviços e outras Normas de Contabilidade Publica com implicação no saldo de abertura.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 24 de junho de 2022

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Luís Guerra Marques - ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2021.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.
3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2021, e tendo em conta a Reserva e as Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidadas, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim, queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 24 de junho de 2022

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Luís Guerra Marques-ROC nº 620





MUNICÍPIO DE
ALPIARÇA